

Águas de Buritis Saneamento S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

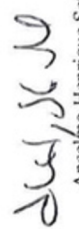
Balanço patrimonial	3
Demonstração de resultados	4
Demonstração de resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Águas de Buritis Saneamento S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2015	Passivos	Nota	2015
Caixa e equivalentes de caixa		37	Fornecedores e empreiteiros	7	392
Aplicações financeiras	4	4.968	Empréstimos	8	4
Ativo fiscal corrente		5	Obrigações trabalhistas e sociais		10
Outros créditos		3	Obrigações fiscais		37
Total do ativo circulante		5.013	Total do passivo circulante		443
Ativo fiscal diferido	12	138	Empréstimos	8	4.960
Total do realizável a longo prazo		138	Contas correntes partes relacionadas	6	4.561
Intangível	5	4.970	Total do passivo não circulante		9.521
Total do ativo não circulante		5.108	Patrimônio líquido	9	
Total do ativo		10.121	Capital social		429
			Prejuízo acumulado		(272)
			Patrimônio líquido		157
			Total do passivo		9.964
			Total do passivo e patrimônio líquido		10.121


Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Presidente


José Ailton Rodrigues
Diretor Executivo


Ilamar Portela Camargo
Contador

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

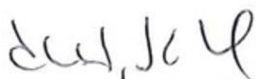
Águas de Buritis Saneamento S.A.

Demonstração de resultados

Período de 27 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015
Receita operacional líquida		4.919
Custos dos serviços prestados		<u>(4.919)</u>
Lucro bruto		<u>-</u>
Despesas administrativas e gerais	10	<u>(414)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>(414)</u>
Receitas financeiras	11	12
Despesas financeiras	11	<u>(8)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>4</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(410)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>138</u>
Prejuízo do período		<u><u>(272)</u></u>



Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Presidente



José Ailton Rodrigues
Diretor Executivo



Itamar Portela Camargo
Contador

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

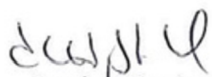
Águas de Buritis Saneamento S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Período de 27 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015
Prejuízo do período	<u>(272)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(272)</u></u>



Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Presidente



José Ailton Rodrigues
Diretor Executivo



Itamar Portela Camargo
Contador

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Buritis Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

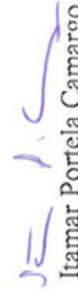
Período de 27 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 27 de janeiro de 2015 (data da constituição)	429	-	429
Prejuízo do período	-	(272)	(272)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	429	(272)	157


Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Presidente


José Ailton Rodrigues
Diretor Executivo


Itamar Portela Camargo
Contador

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Buritis Saneamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 27 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes dos impostos	(410)
Ajustes para:	
Amortização	23
Juros sobre empréstimos	4
Juros sobre aplicações financeiras	(12)
	(395)
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) / Diminuição dos ativos	
Outros créditos	(3)
Aumento / (Diminuição) dos passivos	
Fornecedores e empreiteiros	392
Obrigações trabalhistas e sociais	10
Obrigações fiscais	37
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aplicações financeiras	(4.956)
Aquisição de intangível	(4.993)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(9.949)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Empréstimos captados	4.960
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	4.561
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	9.521
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(392)
Caixa e equivalentes de caixa em 27 de janeiro	429
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	37
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(392)


Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Presidente


José Ailton Rodrigues
Diretor Executivo


Itamar Portela Camargo
Contador
CRC MS 010387/OSS-RO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Buritis Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Buritis, Rondônia. A Companhia foi constituída em 27 de janeiro de 2015 com a denominação de Águas de Buritis Saneamento Ltda. A Companhia iniciou efetivamente suas operações em maio de 2015 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura Municipal de Buritis, obtido mediante participação de concorrência pública nº 001/2013 e processo licitatório nº 01-378/2013 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário outorgados no município de Buritis, Estado do Rondônia, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de serviços de abastecimento e fornecimento de água potável e saneamento básico, com cobrança de tarifas, em áreas urbanas mediante permissão ou concessão do serviço público, conforme processo licitatório.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e empreiteiros e contas a pagar para partes relacionadas.

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura – veja item “I”.
- Intangível em andamento

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

g. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

h. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

i. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgoto é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem essencialmente despesas com juros e encargos sobre empréstimos. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

l. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração de infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2015
CDB - Pós-fixada	99% a.a. do CDI	Dezembro/17	4.968

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e faz parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações de fluxo de caixa como uma atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa de atividades de investimento.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 13 – Instrumentos financeiros.

5 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Prazo remanescente	Taxa média anual	2015		
				Custo	(-) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	35	de 25 a 29	4,0%	3.850	(23)	3.827
Edificações de estações de tratamento	35	29	3,4%	196	-	196
Máquinas e equipamentos	10	10	10,0%	17	-	17
Outros componentes	de 10 a 15	de 10 a 15	9,6%	49	-	49
				4.112	(23)	4.089
Intangível em andamento						
Intangível em andamento				881	-	881
				881	-	881
				4.993	(23)	4.970

b. Movimentação do custo

Ativo	2015		
	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Instalações técnicas de saneamento	9	3.841	3.850
Edificações de estações de tratamento	-	196	196
Máquinas e equipamentos	16	1	17
Outros componentes	49	-	49
	74	4.038	4.112
Intangível em andamento			
Intangível em andamento	4.919	(4.038)	881
	4.919	(4.038)	881
	4.993	-	4.993

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Instalações técnicas de saneamento	(23)	(23)
	<u>(23)</u>	<u>(23)</u>

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2015.

6 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Não houve remuneração para o pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 h (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício findo naquela data, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2015
Passivo circulante	
Fornecedores partes relacionadas - (a) e (b) (nota explicativa nº 7)	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	6
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	3
	<u>9</u>
Passivo não circulante	
Contas correntes a pagar partes relacionadas - (c)	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	4.561
	<u>4.570</u>

2015

Resultado do exercício

Custos dos serviços prestados - (a)

LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.

18

- (a) Refere-se a contratação de serviços de locação de veículos prestado pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) A natureza dos valores resume ao repasse de gastos com prestação de serviços de contabilidade; fiscal/auditoria fiscal; financeiro; recursos humanos; jurídico; auditoria interna; planejamento controle e gestão; e tecnologia da informação, prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" – Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Barbara D'Oeste, no Estado de São Paulo.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos passivo não circulante refere-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e/ou atualização monetária.

7 Fornecedores e empreiteiros

2015

Fornecedores de materiais e serviços

383

Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 6)

9

392

8 Empréstimos

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor Original	2015
Empréstimo ponte	TR + 12,00% a.a	Dezembro/18	5.060	4.964
Circulante				4
Não circulante				4.960

Durante o exercício de 2015, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 101, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes ao empréstimo está sendo integralmente cumprida pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia contratou uma linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário – CCB) com o Itaú no montante total de R\$ 5.060 para fazer frente ao seu programa de investimentos (empréstimo ponte). O empréstimo tem vencimento em 13 de dezembro de 2018, com amortização de principal em uma única parcela na data de vencimento.

A interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. prestou garantia fidejussória.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de janeiro de 2015 a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou o montante de R\$ 429 representado por 429.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015 os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.
 Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominado Engepav Engenharia e Comércio Ltda.)

2015
99,99%
0,01%
<u>100%</u>

10 Despesas administrativas e gerais

	2015
Pessoal	(122)
Serviços de terceiros	(24)
Materiais, equipamentos e veículos	(35)
Amortização	(23)
Energia elétrica	(2)
Seguros	(20)
Viagens e estadias	(47)
Impostos, taxas e contribuições	(5)
Locação	(52)
Publicidade e propaganda	(52)
Outras	(32)
	<u>(414)</u>

11 Receitas financeiras líquidas

	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	12
Receitas financeiras	<u>12</u>
Juros sobre empréstimos	(4)
Juros sobre atraso em pagamentos	(3)
Despesas e comissões bancárias	(1)
Despesas financeiras	<u>(8)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>4</u>

12 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, está apresentada como segue:

	2015
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(411)
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquota fiscal combinada	<u>140</u>
Despesas indedutíveis	(1)
Outras diferenças permanentes	(1)
Imposto de renda e contribuição social: Diferido	<u>138</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	138
Alíquota efetiva	<u>(34%)</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em têm a seguinte origem:

	2015
Provisão para participação nos lucros	1
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	139
Ativo fiscal diferido	140
Custo de captação	(2)
Passivo fiscal diferido	(2)
Ativo fiscal diferido líquido	138

13 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2015
Caixa e equivalente de caixa	37
Aplicações financeiras	4.968
Total	5.005

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 8.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

Fluxo Financeiro – 2015							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Empréstimos	4.964	6.857	601	597	5.658	-	-
Fornecedores e empreiteiros	392	392	392	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	4.561	4.561	-	-	-	-	4.561
Total	9.917	11.810	993	597	5.658	-	4.561

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil 2015
Instrumentos de taxa variável	
<i>Ativos financeiros</i>	
Aplicações financeiras	4.968
Instrumentos de taxa variável	
<i>Passivos financeiros</i>	
Empréstimos	4.964

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	4.968	Variação do CDI	13,24%	658	823	987	494	329
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos	(4.964)	Variação do TR	1,25%	(62)	(78)	(93)	(47)	(31)
				596	745	894	447	298

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informações integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa		-	37	-	37
Aplicações financeiras	4	4.968	-	-	4.968
Total		<u>4.968</u>	<u>1.610</u>	<u>-</u>	<u>5.005</u>
Passivos					
Empréstimos	8	-	-	4.964	4.964
Fornecedores e empreiteiros	7	-	-	392	392
Contas a pagar para partes relacionadas	6	-	-	4.561	4.561
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.917</u>	<u>9.917</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e debêntures é demonstrado abaixo:

Passivos	2015	
	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos	4.964	6.857

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

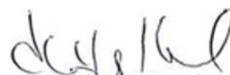
Apuração do valor justo

As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 2 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

* * *

Diretoria


Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Presidente


José Ailton Rodrigues
Diretor Executivo

Contador


Itamar Portela Camargo
CRC MS-010387/O-5S RO